

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e três, realizou-se a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, localizado na Rua dos Guajajaras, 1107 - bairro de Lourdes.

Conselheiros presentes: Leandro César Pereira (SMOBI), Claudius Vinícius Leite Pereira (URBEL), Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA), Flávia Mourão Parreira do Amaral (SLU), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES-MG), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX), Núbia Aparecida Vale Nolli (COPASA), Maria Del Mar Ferrer Jordá Poblet (CAU-MG) e Nilo de Oliveira Nascimento (Especialista).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Marcos Ferreira de Souza (SUDECAP), Fabiano Geraldo Álvares da Silva (FLOLESTE).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, registrando quórum, iniciou a reunião, passando a palavra ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura e presidente do COMUSA, Leandro Cesar Pereira, para suas considerações. O Presidente esclareceu que a alteração da data da reunião se deu por motivos técnicos e ressaltou a importância da discussão das questões relacionadas à Lagoa da Pampulha.

Em seguida, o Secretário Executivo Ricardo Aroeira, retomando a palavra, informou a pauta da reunião: apresentação, pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, das Ações de Reabilitação da Lagoa da Pampulha. Iniciando a apresentação, o palestrante contextualizou a Bacia Hidrográfica da Pampulha, que possui área de 97 km², um lago com espelho d'água de 2 km², sendo 55% da área da Bacia pertencente ao município de Contagem e 45% da área pertencente ao município de Belo Horizonte.

Foram elencados, 04 problemas principais da Lagoa da Pampulha, sendo relacionadas suas causas e consequências, quais foram: 01 - Excesso de matéria orgânica e nutrientes na água, causado pelo aporte de esgotos sanitários e resíduos sólidos, gerando eutrofização da Lagoa, com a proliferação exagerada de algas, e que se não for controlada, além do mau odor, provoca a morte de diversas espécies animais e vegetais. 02 – Assoreamento, causado pelo aporte de sedimentos, gerando redução do espelho d'água e da capacidade de amortecimento de cheias da Lagoa. Tal aporte, que já foi da ordem de 400.000 m³/ano, atualmente, é da ordem de 155.000 m³/ano, fruto de ações de fiscalização e mapeamento de focos de erosão na Bacia. A expectativa é continuar reduzindo o aporte e alcançar um volume da ordem de 60.000 m³/ano. 03 - Poluição flutuante, causada pelo lançamento de resíduos sólidos na Lagoa, gerando acúmulo de resíduos, poluição visual e degradação da qualidade da água; e 4 - Deficiências no sistema de esgotamento sanitário da Bacia Hidrográfica, causadas pela insuficiência do sistema coletor e pela falta de adesão dos moradores ao sistema existente, gerando lançamento de esgoto nos córregos que afluem à Lagoa e degradação de suas águas.

Visando mitigar os principais problemas que afligem a Bacia e a Lagoa da Pampulha, têm sido adotadas as seguintes ações: 01 - Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Bacia: a taxa de cobertura na Bacia da Pampulha, atualmente, é da ordem de 95% da população e a COPASA tem realizado algumas ações para ampliar a cobertura, como o Programa “Caça Esgotos” e o programa “Nossa Pampulha”. Além disso, pactuou-se com a COPASA e o município de Contagem, um plano de investimentos (Plano de Ação) para os próximos 5 anos, da ordem de R\$ 150 milhões, visando a universalização dos serviços na Bacia; 02 – Limpeza e manutenção da orla e do espelho d'água, através de um investimento da ordem de R\$ 2 milhões / ano, com retirada de resíduos da ordem de 5 a 10 toneladas / dia; 03 – Desassoreamento da Lagoa da Pampulha, cujo objetivo é retirar um volume superior ao aporte estimado, reduzindo a perda do volume e recuperando a capacidade de amortecimento da Lagoa. Encontra-se em elaboração um novo edital que prevê a retirada de 390.000 m³ de sedimentos da Lagoa, com investimento previsto de R\$ 44 milhões; 04 – Tratamento da água da Lagoa da Pampulha: processo iniciado no final da década dos anos 2000, sendo renovado ao longo dos anos. A última contratação contemplou a utilização de tecnologias combinadas de um remediador físico-químico para reduzir o fósforo e controlar a floração de cianobactérias (PHOSLOCK) e um biorremediador para degradação do excesso de matéria orgânica (DBO) e redução dos coliformes fecais (E. Coli) (ENZILIMP), estando este contrato ainda em execução. Além disso, instituiu-se, através da Resolução COMUSA 001/2019, um Grupo de Trabalho para avaliar as estratégias e alternativas

de tratamento das águas da Lagoa da Pampulha. Tal trabalho foi objeto de auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, visando avaliar em que medida as ações de recuperação e despoluição da Lagoa vem sendo bem-sucedidas. Vale considerar que tem sido realizado um serviço de monitoramento da qualidade da água, através de coletas mensais no espelho d'água e nas chegadas dos afluentes, sendo 6 pontos internos à Lagoa e mais 8 pontos que correspondem às 8 entradas dos cursos d'água no Lago; e 05 – Monitoramento, educação ambiental e mobilização social: através deste contrato são realizadas ações de monitoramento de ruído, da qualidade do ar e da água, da fauna, além de ações de educação ambiental e comunicação social.

Em seguida, o palestrante apresentou um relatório fotográfico da evolução das fases de tratamento das águas da Lagoa da Pampulha.

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes.

A conselheira e representante da SLU, Flávia Mourão, perguntou sobre a motivação da Câmara Municipal de Belo Horizonte para instaurar um processo de CPI sobre a Lagoa da Pampulha e se seria interessante o COMUSA se manifestar em relação a isso.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira esclareceu que o objeto da CPI é o contrato de inexigibilidade firmado com o objetivo de tratar as águas da Lagoa da Pampulha. Esclareceu que se trata de um contrato de prestação continuada e informou que o processo seguiu todas as exigências da lei e que, para se posicionar, é fundamental que o COMUSA esteja permanentemente informado em relação às discussões envolvendo a Lagoa da Pampulha.

O conselheiro e representante da AMALUX, Marcos Righi, perguntou sobre a possibilidade de utilização da Lagoa da Pampulha para lazer náutico.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira esclareceu que esta não é uma discussão prioritária para a Administração Municipal, por se tratar de um lago urbano e por envolver outras questões como segurança, necessidade de regulamentação e aprovação da Marinha do Brasil.

A conselheira e representante do CAU-MG, Maria Del Mar Poblet sugeriu identificar os grandes equipamentos produtores de efluentes de esgotos, principalmente equipamentos de saúde, implantando estações compactas de tratamento no próprio equipamento, evitando o lançamento desse efluente contaminado nos córregos afluentes à Lagoa. Sugeriu, ainda, o estudo de formas alternativas de tratamento, implantação de barreiras físicas na entrada dos córregos na Lagoa e cuidados diferenciados com a avifauna e perguntou para onde são levados os resíduos retirados da Lagoa.

O conselheiro Ricardo Aroeira respondeu que em cada ação de desassoreamento, é identificado o bota fora licenciado disponível com menor custo. O material coletado recebe uma destinação adequada, sendo transportado já livre do excesso de umidade. Sobre a questão do estudo de técnicas alternativas e implantação de barreiras físicas, informou que os temas fazem parte das discussões do Grupo Técnico. Considerou envolver a Fundação Zoobotânica e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente nessas discussões, para abordar também o estudo da avifauna. E, com relação às estações compactas de tratamento de esgoto, informou que a Copasa tem um programa chamado "Precend", que avalia a qualidade do esgoto gerado por clientes especiais para ver se esse efluente pode ser lançado no sistema de coleta e interceptação e chegar, conforme ele é produzido, na estação de tratamento. Quando necessário, a COPASA informa ao cliente a necessidade de fazer um tratamento prévio no efluente, antes de lançá-lo na rede de esgoto. O conselheiro, aproveitando a discussão do tema, convidou a COPASA a fazer uma apresentação sobre o Programa PRECEND em uma das próximas reuniões do Conselho.

O conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, destacou a possibilidade de modernização da ETAF, diante de sua importância para o contexto operacional da Lagoa da Pampulha e questionou sobre os estudos que foram feitos, relativos ao aporte de resíduos à Lagoa, que têm como via de transporte o sistema de drenagem pluvial, além da cobertura do sistema de esgotamento sanitário.

O conselheiro Ricardo Aroeira informou que, do ponto de vista da problemática do esgotamento sanitário, o programa Caça-Esgoto é um programa permanente da Copasa e através dele a empresa pode eliminar as ligações cruzadas entre o sistema de drenagem e o sistema de esgotamento sanitário. Em relação à cobertura por serviços de esgotamento sanitário, o interesse é garantir a adesão ao sistema e não apenas a

disponibilidade de infraestrutura. E a forma de abordar tal questão se dará através do Plano de Ação, que visa a universalização do atendimento, em um esforço conjunto da COPASA e Prefeitura. Sobre a ETAF, reconheceu a possibilidade de modernização do equipamento e a necessidade de avaliação, pela COPASA, da utilização de fontes de energia alternativas para reduzir custos operacionais.

Em seguida, o conselheiro Pedro Franzoni, representante da SMMA, sugeriu uma moção em defesa das ações que têm sido empreendidas na Bacia da Pampulha e a conselheira Maria Del Mar Poblet, representante do CAU-MG e o conselheiro Marcos Righi, representante da AMALUX, sugeriram uma moção de apoio à atual Lei do Plano Diretor de Belo Horizonte.

Acatadas as sugestões, o conselheiro Ricardo Aroeira colocou em votação a elaboração dos textos das manifestações propostas, o que foi aprovado por unanimidade. Ficou definido ainda que o documento sobre a Lagoa da Pampulha seria elaborado pelo Conselheiro Nilo Nascimento e que o do Plano Diretor seria elaborado pelos conselheiros Maria Del Mar Poblet e Marcos Righi, sendo as minutas apresentadas aos conselheiros para aprovação.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.